



Base do Samu 192 Ceará
Rua da Paz, 30, Centro
CEP: 61760-000 | Eusébio/Ce

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Processo NUP: 24001.005211/2024-72

UNIDADE REQUISITANTE: SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA – SAMU 192
CEARÁ

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. **DO OBJETO:** Dispensa de Licitação para Contratação de serviço de locação de Equipamentos Médicos Hospitalares, para atender necessidades do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, por um período de 01 (um) ano de acordo com as especificações e quantitativos previstos neste Termo de Referência.

1.1.1. Este objeto será realizado através de DISPENSA DE LICITAÇÃO, do tipo MENOR PREÇO POR GRUPO, sob o regime de execução indireta: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

1.1.2. O cumprimento do objeto desta Dispensa de Licitação tem fundamento no artigo 75, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com suas alterações e demais legislações correlatas.

1.1.3. O Estudo Técnico Preliminar - ETP, é facultado, nos termos do art. 13 do Decreto Estadual nº 35.283, de 19 de janeiro de 2023, nas hipóteses dos incisos I, II, VII e VIII do art. 75 e do § 7º do art. 90 e dispensado na hipótese do inciso III do art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como nos casos de prorrogações do contrato de serviços e fornecimentos contínuos.

1.2. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO BEM/ EQUIPAMENTO	UNIDADE DE FORNECIMENT O	QTDE./MÊ S	QTDE./ 01 ANO
1	1185863	Serviço de Locação de Equipamento Médico Hospitalar - Monitor Cardioversor/Desfibrilador incluindo manutenção preventiva, corretiva, calibração e ensaio de segurança elétrica, bem como a realização de treinamentos operacionais: MONITOR CARDIOVERSOR/DEFIBRILADOR Deve possuir os modos de monitorização, desfibrilação, cardioversão sincronizada e marcapasso externo não-invasivo; Permitir o uso em pacientes adulto, pediátrico e neonatal; Alça para transporte integrada; Bifásico com carga ajustável na faixa mínima de 5 a 200J, com indicação visual da carga selecionada; Menu interno para configuração do equipamento; Impressora térmica; Possibilitar a realização de cardioversão sincronizada, com botão de sincronismo; Indicação na tela da energia entregue e modo de	UND./MÊS	11	132





Base do Samu 192 Ceará
Rua da Paz, 30, Centro
CEP: 61760-000 | Eusébio/Ce

Documento conferido e validado por: LUCIANO BARRETO QUEENTAL - SESA/SAMU/DITEC SAMU em 23/02/2024, às 15:17 (horário local do Estado do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021.

		<p>terapia (monitor, desfibrilador e marcapasso); Pás de desfibrilação externa adulta com pediátrica embutida e comandos para carga e disparo; Desfibrilação: função de desfibrilação externa sincronizada e não sincronizada; Desfibrilação externa, através das pás ou eletrodos do marca-passo externo não-invasivo; Possuir funcionalidade para uso tanto no modo manual, quanto no modo semi-automático com mensagens de texto e voz em português; Tempo total de carregamento, na carga máxima, até 08 (oito) segundos; Anular carga manualmente; Descarga automática caso o operador não acione a função de choque; A descarga do desfibrilador deve requerer a ativação simultânea de dois controles (um em cada pá), para minimizar o risco de choque acidental; Indicação audiovisual das fases: funcionamento automático tanto a bateria recarregável quanto a energia elétrica; Monitor: monitor de ECG para acompanhamento visual dos sinais cardíacos; Display LCD que proporcione alto contraste e permita uma perfeita visualização estando o usuário em diferentes ângulos e distâncias; Velocidade do traçado da curva que inclua a velocidade de, no mínimo, 25 mm/seg; Apresentação numérica da frequência cardíaca, em display específico ou na tela do monitor; ECG: aquisição dos sinais cardíacos deverá ser feita por intermédio das pás de desfibrilação, das pás adesivas do marca-passo externo não-invasivo e dos sensores tradicionais de ECG; Velocidade de Impressão do sinal de ECG que inclua a velocidade de 25 mm/seg; Permitir aquisição de no mínimo 5 derivações simultâneas; alarmes de máximo e mínimo; Visualização das derivações com interpretação automática em português, com impressão manual e/ou automática das ocorrências de cada disparo; Oximetria: apresentar monitoração de oximetria; Pressão arterial não-invasiva: apresentar</p>			
--	--	--	--	--	--





Base do Samu 192 Ceará
Rua da Paz, 30, Centro
CEP: 61760-000 | Eusébio/Ce

		<p>monitoração de PNI; Marcapasso: marcapasso externo transtorácico não invasivo; Modos possíveis de operação: demanda e assíncrono; Frequência que abranja a faixa de 40 a 170 bpm; Corrente de estímulo variando de 10 até 140 mA pelo menos; Bateria: bateria recarregável facilmente intercambiável sem a necessidade de desmontagem do equipamento; Realizar auto-teste automático ou programável com pelo menos: verificação dos circuitos internos e estado da bateria; Alarme de baixa carga da bateria; Indicação de situação da bateria: se está sendo carregada e se ela atingiu a carga total; O sistema de bateria do equipamento deve ter a capacidade de efetuar, no mínimo, 80 descargas na carga máxima e no mínimo 4 horas de monitorização sem precisar de recarga durante esse período. Indicação para equipamento ligado na rede elétrica ou bateria; Memória: arquivar no mínimo os últimos 20 eventos com data e hora; Interface com o usuário no idioma português; Peso máximo 9 kg; Alimentação bivolt automático; Manual de instruções em português; Registro ANVISA vigente; Garantia mínima de 12 (doze) meses a partir da data de instalação;</p> <p>Deverá acompanhar no mínimo:</p> <p>1 (um) cabo de ECG 05 vias;</p> <p>2 (dois) pares de pás descartáveis para marca-passo externo não-invasivo adulto;</p> <p>2 (dois) pares de pás descartáveis para marca-passo externo não-invasivo pediátrico;</p> <p>10 (dez) rolos de papel térmico;</p> <p>1 (um) par de pás externas adulto/infantil integradas;</p> <p>1 (um) cabo para marca-passo;</p> <p>1 (um) sensor de oximetria reutilizável adulto;</p> <p>1 (um) sensor de oximetria reutilizável pediátrico;</p> <p>1 (um) sensor de oximetria reutilizável neonatal;</p> <p>1 (um) manguito de PNI adulto;</p> <p>1 (um) manguito de PNI pediátrico;</p>			
--	--	---	--	--	--





Base do Samu 192 Ceará
Rua da Paz, 30, Centro
CEP: 61760-000 | Eusébio/Ce

		1 (um) manguito de PNI neonatal; Reposição do quantitativo de insumos descartáveis quando necessário; Demais acessórios necessários para o perfeito funcionamento do equipamento.			
2	1185863	Serviço de Locação de Equipamento Médico Hospitalar – Ventilador Pulmonar de Transporte incluindo manutenção preventiva, corretiva, calibração e ensaio de segurança elétrica, bem como a realização de treinamentos operacionais: VENTILADOR PULMONAR DE TRANSPORTE Microprocessado; Permitir ventilação invasiva e não invasiva; Alça para transporte integrada; Permitir o uso em pacientes adulto, pediátrico e neonatal; Display LCD; Teclado; Permitir o bloqueio do teclado; Modo espera (stand by); Possuir bateria recarregável com autonomia mínima de 4 horas; Ciclado a volume ou a pressão; Permitir no mínimo os seguintes modos de ventilação: VCV (Ventilação Controlada a Volume), PLV (Ventilação Limitava a Pressão), SIMV (Ventilação Mandatória Intermitente Sincronizada) e CPAP (Ventilação com Pressão Positiva nas Vias Aéreas); Permitir no mínimo os seguintes parâmetros: Volume corrente de 50 mL a 2000mL; Pressão de controle de 1 a 75 cmH2O; Concentração de oxigênio de 40 a 100%; Fluxo de 6 a 80 L/min; PEEP de pelo menos 0 a 60 cmH2O; Tempo inspiratório de 0,2 a 3 segundos; Relação I:E; Permitir no mínimo os seguintes alarmes: bateria fraca, apneia, PEEP alta, PEEP baixa, volume mínimo, volume máximo, pressão alta, pressão baixa, circuito desconectado, baixa pressão no fornecimento de O2; Permitir silenciar os alarmes; Peso máximo de 7 Kg; Alimentação bivolt automático; Manual de instruções em português; Registro ANVISA vigente; Garantia mínima de 1 (um) ano a contar da instalação;	UND./MÊS	6	72





CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA SAÚDE

Base do Samu 192 Ceará
Rua da Paz, 30, Centro
CEP: 61760-000 | Eusébio/Ce

		<p>Deverá acompanhar no mínimo:</p> <p>2 (dois) circuitos completos para paciente adulto, autoclaváveis e isentos de látex;</p> <p>2 (dois) circuitos completos para paciente pediátrico, autoclaváveis e isentos de látex;</p> <p>2 (dois) circuitos completos para paciente neonatal, autoclaváveis e isentos de látex;</p> <p>50 (cinquenta) filtros de ar;</p> <p>1 (uma) mangueira para conexão de rede de Oxigênio;</p> <p>1 (um) suporte para fixação em maca de ambulância;</p> <p>Reposição do quantitativo de insumos descartáveis quando necessário;</p> <p>Demais acessórios necessários ao perfeito funcionamento do equipamento.</p>			
3	1185863	<p>Serviço de Locação de Equipamento Médico Hospitalar – OXÍMETRO DE PULSO PORTÁTIL incluindo manutenção preventiva, corretiva, calibração e ensaio de segurança elétrica, bem como a realização de treinamentos operacionais:</p> <p>OXÍMETRO DE PULSO PORTÁTIL</p> <p>Permitir o uso em pacientes adulto, pediátrico e neonatal; Display LCD e/ou LED de alta resolução; Possibilidade de rotação da tela (modo horizontal e vertical); Memória para armazenamento de dados; Bateria recarregável com autonomia mínima de 15 horas; Faixa de leitura de spo2 de pelo menos 0 a 100%; Faixa de leitura de frequência cardíaca de pelo menos 30 a 235 bpm; Possuir no mínimo os seguintes alarmes: spo2 alto, spo2 baixo, frequência cardíaca alta, frequência cardíaca baixa, bateria fraca, sensor desconectado; Alimentação bivolt automático; Manual de instruções em português; Registro ANVISA vigente; Garantia mínima de 12 (doze) meses a partir da data de instalação.</p> <p>Deverá acompanhar no mínimo:</p> <p>2 (dois) sensores de spo2 reutilizáveis tipo clipe adulto;</p> <p>2 (dois) sensores de spo2 reutilizáveis tipo clipe pediátrico;</p>	UND./MÊS	85	1.020





CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA SAÚDE

Base do Samu 192 Ceará
Rua da Paz, 30, Centro
CEP: 61760-000 | Eusébio/Ce

		2 (dois) sensores de spo2 reutilizáveis tipo clipe ou tipo Y neonatal; 1 (uma) Capa protetora; Demais acessórios necessários ao pleno funcionamento do equipamento.			
4	1185863	Serviço de Locação de Equipamento Médico Hospitalar – ASPIRADOR MÓVEL DE SECREÇÕES PORTÁTIL incluindo manutenção preventiva, corretiva, calibração e ensaio de segurança elétrica, bem como a realização de treinamentos operacionais: ASPIRADOR MÓVEL DE SECREÇÕES PORTÁTIL Tipo portátil; Alça para transporte; Bateria recarregável com durabilidade mínima de 45 minutos quando utilizado fora da rede elétrica; Indicador luminoso de carga; Ruído inferior a 60 dB; Vazão mínima de 18 l/min; Faixa de vácuo de 0 a 500 mmHg; Válvula de segurança anti-transbordamento; Regulador de aspiração com vacuômetro; Alimentação bivolt automático; Registro na ANVISA vigente; Manual de instruções em português; Garantia mínima de 12 (doze) meses a partir da data de instalação. Deverá acompanhar no mínimo: 1 (um) frasco graduado com capacidade mínima de 1.000mL , em material reutilizável, autoclavável e graduado; 2 (duas) mangueiras extensoras passíveis de desinfecção/ esterilização; Demais acessórios necessários para o perfeito funcionamento do equipamento.	UND./MÊS	113	1.356
5	1185863	Serviço de Locação de Equipamento Médico Hospitalar – DEA - DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO incluindo manutenção preventiva, corretiva, calibração e ensaio de segurança elétrica, bem como a realização de treinamentos operacionais: DEA - DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO Desfibrilador externo automático aplicável a pacientes adulto e pediátrico; Trabalhar com forma de onda bifásica com carga	UND./MÊS	68	816





Base do Samu 192 Ceará
Rua da Paz, 30, Centro
CEP: 61760-000 | Eusébio/Ce

		<p>máxima de pelo menos 200J; Deve realizar análise automática de ECG, com avaliação da necessidade de Choque; Realizar análise automática de impedância torácica; Bateria recarregável com autonomia de no mínimo 150 choques; Possuir tela de LCD de no mínimo 4", com apresentação de traçado de ECG, frequência cardíaca, informações da RCP e comandos textuais; Possuir auxílio RCP; Comando de voz e textual em português; Realizar auto teste; Realizar descarga interna automática após um tempo mínimo de 30 segundos após carga pelo operador; Alimentação bivolt automática; Manual de instruções em português; Registro na ANVISA vigente; Garantia mínima de 12 (doze) meses a partir da data de instalação.</p> <p>Deverá acompanhar no mínimo:</p> <p>1 (uma) Bolsa para transporte;</p> <p>1 (um) Sensor de RCP;</p> <p>4 Pares de eletrodos adultos;</p> <p>2 Pares de eletrodos pediátricos;</p> <p>Reposição do quantitativo de insumos descartáveis quando necessário;</p> <p>Demais acessórios necessários ao perfeito funcionamento do equipamento.</p>			
--	--	---	--	--	--

2.1. Havendo divergências entre as especificações deste anexo e as do sistema, prevalecerão as deste anexo.

3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência deste contrato é de 01 (um) ano, contado da sua assinatura, na forma do art. 105 c/c o art. 94 ambos da Lei nº 14.133/2021.

4. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. Qualificação Técnica:

4.1.1. A documentação relativa à qualificação técnico-operacional nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021

será restrita a:

4.1.1.1. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidade com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

4.1.1.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com o fornecimento de quantitativo equivalente a, no mínimo, 8% de cada item objeto da presente licitação, respeitada a compatibilidade e pertinência com o objeto da licitação.

4.1.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o





CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA SAÚDE

Base do Samu 192 Ceará
Rua da Paz, 30, Centro
CEP: 61760-000 | Eusébio/Ce

somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

4.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

4.1.4. O contratado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

4.2. Licença de funcionamento, emitida pelo Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde Estadual ou Municipal, da sede da licitante, de acordo com art. 51 da Lei Federal Nº 6.360/1976.

4.3. Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), do Ministério da Saúde, de acordo com art. 50 da Lei Federal Nº 6.360/1976.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO AS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS AO SERVIÇO

5.1. DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA

5.1.2 Entende-se como manutenção preventiva aquela que visa manter o(s) equipamento(s) dentro das condições de utilização, com o objetivo de reduzir a possibilidade de ocorrência de defeitos por desgastes ou envelhecimento de seus componentes, constituindo tais serviços sem ajustes, regulagens, limpeza, lubrificação, testes, verificações, ajustes de partes mecânicas, elétricas ou eletrônicas, alinhamentos, calibração dos parâmetros medidos e quaisquer outros que se fizer necessário para manter e conservar o(s) equipamento(s) em perfeita condição de funcionamento quanto à segurança e confiabilidade, podendo ou não ocorrer à substituição de peças;

5.1.3 As manutenções preventivas deverão ser executadas conforme “Plano de Manutenção Preventiva”, desenvolvido e implementado pela Contratada junto a Gerência Administrativa e/ou Engenharia Clínica contendo, no mínimo, data de realização do atendimento, testes realizados, padrões medidos, localização do equipamento, materiais e peças utilizadas e quem são os profissionais responsáveis pela execução das atividades, observando criteriosamente o preconizado pelos fabricantes e normas aplicáveis. O Plano de Manutenção Preventiva deve ser submetido à aprovação da Contratante;

5.1.4 As visitas de manutenções preventivas dos equipamentos do Contrato deverão ser realizadas, durante a vigência contratual, em comum acordo com a Gerência Administrativa e/ou Engenharia Clínica, por pessoal instruído e controlado pela Contratada, com qualificação técnica comprovada. Deverá apresentar no final da manutenção “Relatório Técnico” em 02 (duas) vias, sendo uma via para a Gerência Administrativa e/ou Engenharia Clínica e outra via para o setor onde o(s) equipamento(s) está instalado. A execução do serviço deverá ocorrer, sempre que possível, sem a paralisação dos serviços prestados pelas Unidades;

5.1.5 As manutenções preventivas de todos os equipamentos do contrato deverão ser programadas e realizadas de acordo com a periodicidade indicada pelas fabricantes dos equipamentos;

5.2. DA MANUTENÇÃO CORRETIVA

5.2.1 Entende-se como Manutenção Corretiva os serviços de reparos para eliminar defeitos ocorridos sob condições de utilização inadequada do(s) equipamento(s) assim como desgaste normal por tempo de uso, bem como testes e ajustes, para garantir o perfeito funcionamento dos mesmos;

5.2.2 As manutenções corretivas deverão ser realizadas, durante a vigência contratual, quantas vezes forem necessárias, mediante solicitação da Contratante para correção de defeitos porventura ocorridos durante o funcionamento do(s) equipamento(s) ou detectados por ocasião da





CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA SAÚDE

Base do Samu 192 Ceará
Rua da Paz, 30, Centro
CEP: 61760-000 | Eusébio/Ce

manutenção preventiva. A execução do serviço deverá ocorrer, sempre que possível, sem a paralisação dos serviços prestados pela Unidade;

5.2.3 O prazo para resolução de chamados de manutenção corretiva e/ou acessórios será imediatamente, tendo em vista a importância do equipamento para o paciente;

5.2.4 A contratada deverá disponibilizar equipamento de backup com tecnologia igual ou superior quando necessário manutenção ou observado a necessidade de remoção do equipamento defeituoso, para que não haja interrupção nos serviços prestados pela Unidade e danos ao paciente;

5.2.5 A vencedora ficará responsável pela atualização de software dos equipamentos do contrato, quando este se fizer necessário;

5.2.6 As manutenções corretivas dos equipamentos deverão ser realizadas quando solicitado pela contratante, por técnico especializado, que deverá apresentar no final da manutenção "Relatório Técnico" em 02 (duas) vias, sendo uma via para a Gerência Administrativa e/ou Engenharia Clínica e outra via para o setor onde o(s) equipamento(s) está instalado;

5.3. DA CALIBRAÇÃO

5.3.1 Entende-se por calibração o conjunto de operações que estabelece, sob condições especificadas, a relação entre os valores indicados por um instrumento de medição ou sistema de medição ou valores representados por uma medida materializada ou um material de referência, e os valores correspondentes das grandezas estabelecidos por padrões, para se determinar se o equipamento está em conformidade com os requisitos para o uso pretendido;

5.3.2 As calibrações dos equipamentos deverá seguir de acordo com a periodicidade indicada pelo fabricante e/ou norma vigente;

5.3.2 As calibrações deverão ser executadas conforme "Plano de Calibração", elaborado pela Contratada junto a Gerência Administrativa e/ou Engenharia Clínica para os equipamentos que requerem calibração. Toda calibração realizada deverá gerar um documento "Certificado de Calibração" com, no mínimo, as seguintes informações:

- Número do certificado;
- Data da calibração;
- Código do equipamento;
- Código do padrão de referência; Condições ambientais (temperatura e umidade);
- Indicação de no mínimo 03 leituras, comparando com as leituras do padrão;
- Indicação do erro da leitura;
- Indicação da incerteza da leitura;
- Indicação do Técnico responsável pela execução da calibração, e;
- Indicação do Engenheiro responsável pela equipe técnica;

5.3.3 O resultado das calibrações permitirá a determinação das correções a serem aplicadas e deverão ser registrados e emitidos certificados de calibração rastreáveis à Rede Brasileira de Calibração (RBC);

5.3.4 Os certificados deverão ser gerados de acordo com as normas técnicas vigentes, em especial a norma ABNT NBR ISO/IEC 17.025 – Requisitos gerais para a competência de laboratórios de ensaio e calibração;

5.3.5 A calibração deverá ser realizada por profissional capacitado e com a utilização de padrões adequados e possuidor de certificado de calibração, rastreável à RBC;

5.3.6 Todos os equipamentos e instrumentos de medidas de propriedade da contratada passíveis de calibração e utilizados para a execução dos serviços objeto do termo também deverão ser calibrados, mediante apresentação do certificado de calibração válido da contratada, emitido por laboratório credenciado à RBC sempre que solicitado e toda vez que vencer o prazo de calibração, mantendo-os atualizados durante a vigência contratual;

5.4. ENSAIO DE SEGURANÇA ELÉTRICA

5.4.1 Entende-se como ensaio de segurança elétrica o processo sistematizado, com regras





CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA SAÚDE

Base do Samu 192 Ceará
Rua da Paz, 30, Centro
CEP: 61760-000 | Eusébio/Ce

pré-estabelecidas, devidamente acompanhado e avaliado, de forma a propiciar adequado grau de confiança de que um produto, processo ou serviço, ou ainda um profissional, atende a requisitos pré-estabelecidos em normas ou regulamentos;

5.4.2 O ensaio de segurança elétrica deverá ser realizado de acordo com os requisitos da Norma Geral ABNT NBR IEC 60601-1 (Equipamento eletromédico - Parte 1: Prescrições gerais para segurança), suas Normas Particulares e Normas Colaterais, incluindo, quando existentes, todas as suas emendas e a NBR IEC 62.353/2019 "Equipamento Eletromédico - ensaio recorrente e ensaio após reparo de equipamento eletromédico" sendo compulsórias a todos os equipamentos sob regime de Vigilância Sanitária que estejam dentro do seu campo de aplicação;

5.4.3 Os ensaios de segurança elétrica deverão ser executados conforme "Plano de Ensaios de Segurança Elétrica", elaborado pela Contratada junto à Unidade de Saúde para os equipamentos que requerem tais ensaios, conforme preconizado na Norma Geral ABNT NBR IEC 60601-1 (Equipamento eletromédico - Parte 1: Prescrições gerais para segurança), suas Normas Particulares e Normas Colaterais, NBR IEC 62.353/2019 "Equipamento Eletromédico - ensaio recorrente e ensaio após reparo de equipamento eletromédico", com a periodicidade conforme indicado pelas normas supracitadas;

5.4.4 O(s) analisador(es) de segurança elétrica de propriedade da contratada utilizados para a execução dos serviços objeto do termo deverão ser calibrados, mediante apresentação do certificado de calibração válido da contratada, emitido por laboratório credenciado à Rede Brasileira de Calibração (RBC) sempre que solicitado e toda vez que vencer o prazo de calibração, mantendo-os atualizados durante a vigência contratual;

5.5. TREINAMENTOS

5.5.1 A contratada deverá realizar o treinamento da equipe assistencial para uso correto e devido dos equipamentos médico-hospitalares listados na Relação de Equipamentos deste Termo de Referência e seus acessórios, quantas vezes forem necessárias, por funcionários treinados e devidamente registrados no conselho de sua classe;

5.5.2 Os treinamentos deverão ser in loco para os funcionários da contratante e/ou na residência do paciente, visando o aprendizado acerca do correto manuseio dos equipamentos médico-hospitalares e seus acessórios. O treinamento deverá abranger, no mínimo, correto uso e cuidados para com os equipamentos do contrato, uso correto dos acessórios, apresentação das funções dos equipamentos, higienização e desinfecção dos equipamentos e seus acessórios e demais pontos que se fizerem necessários;

5.5.3 O treinamento deverá abranger todos os funcionários da equipe assistencial que façam uso dos equipamentos, devendo o mesmo ser realizado em diferentes datas, turnos e horários diferenciados a fim de abranger todos os funcionários, sem exceção;

5.5.4 Os treinamentos deverão ser registrados em Ata, onde deverá constar, no mínimo, o nome, assinatura e contato dos participantes, assim como nome do responsável pelo treinamento, data e horário da realização e os assuntos abordados, devendo uma cópia da Ata do treinamento ser entregue à contratante ao final do mesmo;

5.5.4 Os primeiros treinamentos deverão ser realizados dentro dos primeiros 30 (trinta) dias do contrato, devendo ser realizada reciclagem dos treinamentos com periodicidade máxima de 1 ano e/ou sempre que houver necessidade.

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. O prazo de execução do objeto contratual é de 10 (dez) dias, contado a partir do recebimento da ordem de fornecimento ou instrumento equivalente.

6.1.1. O prazo de execução poderá ser prorrogado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.2. Condições de Entrega:

6.2.1. O objeto contratual deverá ser entregue na Rua da Paz, 30 – Bairro Centro, CEP 60.410-790, Município: Eusébio - CE, no setor: Engenharia Clínica – SAMU 192 CEARÁ em





CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA SAÚDE

Base do Samu 192 Ceará
Rua da Paz, 30, Centro
CEP: 61760-000 | Eusébio/Ce

conformidade com as especificações e condições estabelecidas neste termo, no prazo de 15 (quinze) dias, contado do recebimento da ordem de fornecimento ou instrumento equivalente, nos horários e dias estabelecidos no respectivo documento.

6.2.2. A quantidade ou prazo da entrega excepcionalmente poderão sofrer alterações por parte do contratante, devendo o contratado ser informado de forma antecipada de no mínimo 02 (dois) dias antes do prazo previsto para entrega.

6.2.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.2.3.1. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados e aceitos pelo contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

6.3. Da Garantia, manutenção e assistência técnica:

6.3.1. O prazo de garantia do bem objeto da contratação será de no mínimo 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

6.3.2. A garantia será prestada com vistas a manter os bens ou produtos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o contratante.

6.3.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

6.3.3.1. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

6.3.4. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

6.3.5. Uma vez notificado, o contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências do contratante pelo contratado ou pela assistência técnica autorizada.

6.3.5.1. O prazo indicado no item anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do contratado, aceita pelo contratante.

6.3.6. Na hipótese do 6.3.4, o contratado deverá disponibilizar produto ou equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

6.3.7. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do contratante ou a apresentação de justificativas pelo contratado, fica o contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

6.3.8. O custo referente ao transporte dos bens ou equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do contratado.

6.3.9. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO





Base do Samu 192 Ceará
Rua da Paz, 30, Centro
CEP: 61760-000 | Eusébio/Ce

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados, quando houver, e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do *caput* do art. 117, da Lei nº 14.133/2021.

7.7. A fiscalização se responsabilizará pelo acompanhamento da execução do objeto contratual, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.7.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.7.3. O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.7.5. O fiscal comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

7.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.9. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, quando for o caso, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto





CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA SAÚDE

Base do Samu 192 Ceará
Rua da Paz, 30, Centro
CEP: 61760-000 | Eusébio/Ce

de cumprimento de obrigações.

7.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

8. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

8.1. Recebimento do Serviço

8.1.1. Os serviços serão recebidos PROVISORIAMENTE, no prazo de 15 (quinze) dias, pela fiscalização, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, nos termos do art. 140, I, a, da Lei nº 14.133/2021.

8.1.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.1.3. O contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.1.3.1. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório nos termos do art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133/2021.

8.1.3.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.1.5. Os serviços serão recebidos DEFINITIVAMENTE no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.1.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is) no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

8.1.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao contratado, por escrito, as respectivas correções;

8.1.5.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.1.5.4. Comunicar ao contratado para que emita a nota fiscal ou fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.1.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se ao contratado para emissão de nota fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do





Base do Samu 192 Ceará
Rua da Paz, 30, Centro
CEP: 61760-000 | Eusébio/Ce

objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.2. Liquidação

8.2.1. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

8.2.1.1. O prazo de que trata o subitem anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

8.2.2. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, observando-se o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

8.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.2.4. A nota fiscal ou documento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no subitem 11.4 do edital.

8.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

8.3. Prazo de pagamento.

8.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

8.3.2. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGPM de correção monetária.

8.4. Forma de pagamento

8.4.1. O pagamento será realizado mediante crédito em conta corrente do contratado, exclusivamente no Banco Bradesco S/A, conforme Lei nº 15.241/2012.





CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA SAÚDE

Base do Samu 192 Ceará
Rua da Paz, 30, Centro
CEP: 61760-000 | Eusébio/Ce

8.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.5. Da Antecipação de pagamento

8.5.1. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com este instrumento e seus anexos;

9.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo;

9.3. Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo contratado;

9.5. Comunicar o contratado para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

9.6. Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste termo;

9.7. Aplicar as sanções previstas na lei e edital, quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;

9.8. Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.

9.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.9. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

9.10. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1. O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:





CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA SAÚDE

Base do Samu 192 Ceará
Rua da Paz, 30, Centro
CEP: 61760-000 | Eusébio/Ce

10.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

10.1.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da conclusão do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores(SICAF), o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a nota fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.1.8. Atender além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, atender ainda os seguintes requisitos de sustentabilidade.

10.1.8.1. Comprovar a eficiência energética do equipamento mediante apresentação de certificado emitido por instituições públicas ou privadas.

10.1.8.2. Comprovar, mediante declaração ou certificado ambiental reconhecido, que o equipamento não é fabricado utilizando substâncias nocivas ao meio ambiente acima das quantidades permitidas pela diretiva RoHS: chumbo (Pb), cádmio (Cd), mercúrio (Hg), cromo hexavalente (Hex-CR, bifenilos polibromados (PBBs) e éteres defenil-polibromados (PBDEs).

10.1.8.3. Comprovar que o equipamento está em conformidade com a norma IEC 60950 ou similar emitida por instituição acreditada pelo INMETRO ou internacional equivalente para segurança do usuário contra incidentes elétricos e combustão dos materiais elétricos.

10.1.8.4. Todos os resíduos sólidos gerados pelos produtos fornecidos que necessitam de destinação ambientalmente adequada (incluindo embalagens vazias), deverão ter seu descarte adequado, obedecendo aos procedimentos de logística reversa, em atendimento à Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, em especial a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto. A empresa vencedora deverá aplicar o disposto nos Artigos de nº s 31 a 33 da Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010 e nos Artigos de nº s 13 a 18 do Decreto nº 7.404 de 23 de dezembro de 2010, principalmente, no que diz respeito à Logística Reversa.

10.1.9. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto.

10.1.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.





Base do Samu 192 Ceará
Rua da Paz, 30, Centro
CEP: 61760-000 | Eusébio/Ce

10.1.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

10.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em lei e em outras normas específicas.

10.1.12.1. Comprovar as reservas de cargos e vagas a que se referem o subitem acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas conforme disposto no art. 116, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.

10.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

10.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

10.1.15. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

10.1.16. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.1.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.1.18. Promover, se for o caso a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

10.1.19. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização do contratante.

10.1.20. Respeitar os princípios de proteção de dados pessoais elencados na Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 e suas alterações.

10.1.21. Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento;

10.1.22. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.23. Manter seus funcionários, devidamente identificados com crachás, fardamento adequado com identificação visível da empresa, e disponibilizar todos os equipamentos de proteção individual pertinente à atividade executada, destinados a preservar a saúde, a segurança e a integridade física do trabalhador.

10.1.24. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual;

10.1.25. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado para execução contratual;





Base do Samu 192 Ceará
Rua da Paz, 30, Centro
CEP: 61760-000 | Eusébio/Ce

10.1.26. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

10.1.27. Refazer o objeto contratual que comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidade com as especificações deste termo, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da sua notificação;

10.1.28. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta comercial, observando o prazo mínimo exigido pela Administração;

10.1.29. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante;

10.1.30. Responsabilizar-se integralmente pela observância do dispositivo no título II, capítulo V, da CLT, e na Portaria n.º 3.460/77, do Ministério do Trabalho, relativos a segurança e higiene do trabalho, bem como a Legislação correlata em vigor a ser exigida;

10.1.31. Disponibilizar nos termos da Lei nº 15.854, de 24/09/2016, vagas de empregos a presos em regime semiaberto, aberto, em livramento condicional e egressos do sistema prisional e aos jovens do sistema socioeducativo entre 16 e 18 anos, que estejam cumprindo medida de semiliberdade;

10.1.32. Encaminhar mensalmente, respectivamente, à CISPE/SEJUS e à STDS, a folha de frequência dos presos e egressos e/ou jovens do sistema socioeducativo contemplados com a reserva de vagas;

10.1.33. Apresentar-se a Gerência Administrativa e/ou Engenharia Clínica, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, após a assinatura do contrato;

10.1.34. Apresentar-se a Gerência Administrativa e/ou Engenharia Clínica quando comparecer nas dependências da Unidade de saúde, antes e após a realização dos serviços, que somente poderão ser realizados com a apresentação da solicitação por escrito destes;

10.1.35 Fornecer o(s) equipamento(s) locado(s) novos e/ou seminovos, devendo estar em perfeito estado de conservação e funcionamento com todos os dispositivos de segurança, com totais condições de uso;

10.1.36 Entregar o(s) equipamento(s) locado(s) acompanhados com selo de identificação da Contratada, onde deverá constar o nome da empresa e a palavra LOCADO, em letras legíveis e maiúsculas, localizado de modo que seja de fácil visualização;

10.1.36.1 Entregar junto ao(s) equipamento(s) locado(s) laudo de calibração rastreável emitido há, no máximo, 10 (dez) meses anterior à entrega do objeto;

10.1.37 Realizar treinamento operacional "in loco" aos profissionais usuários envolvidos e ao(s) paciente(s) quantas vezes forem solicitadas pela Contratante. O treinamento deverá abranger, no mínimo, uso e manuseio dos equipamentos, apresentação das funções do(s) equipamento(s), apresentação dos principais erros que podem acontecer durante o uso do(s) equipamento(s), higienização e desinfecção do(s) equipamento(s);

10.1.38 Responsabilizar-se, durante o período da locação, pela instalação do(s) equipamento(s) locado(s) e despesas decorrentes das manutenções preventivas e corretivas, calibrações, ensaio de segurança elétrica, substituição de peças, componentes e partes defeituosas de fábrica ou que apresentarem defeitos devido ao uso normal dos equipamentos;

10.1.39 Realizar manutenção preventiva de acordo com a periodicidade indicada pelo fabricante, realizando a limpeza dos equipamentos, verificação dos parâmetros, testes de funcionamento, substituição de peças, acessórios e dentre outros que se fizerem necessários;

10.1.40 Realizar as calibrações do(s) equipamento(s) de acordo com a periodicidade indicada pelo fabricante e/ou norma vigente. Toda calibração realizada deverá gerar um documento "Certificado de Calibração" com, no mínimo, as seguintes informações:





CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA SAÚDE

Base do Samu 192 Ceará
Rua da Paz, 30, Centro
CEP: 61760-000 | Eusébio/Ce

- Número do certificado;
- Data da calibração;
- Código do equipamento;
- Código do padrão de referência;
- Indicação de no mínimo 3 leituras, comparando com as leituras do padrão;
- Indicação do erro da leitura;
- Indicação da incerteza da leitura;
- Indicação do Técnico responsável pela execução da calibração;
- Indicação do Engenheiro responsável pela equipe técnica.

10.1.41 O resultado das calibrações permitirá a determinação das correções a serem aplicadas e deverão ser registrados e emitidos certificados de calibração rastreáveis ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) ou outro órgão competente. Os certificados deverão ser gerados de acordo com as normas técnicas vigentes, em especial a norma ABNT NBR ISO/IEC 17025:2017 – Requisitos gerais para a competência de laboratórios de ensaio e calibração;

10.1.42 Realizar os ensaios de segurança elétrica de acordo com os requisitos da Norma Geral ABNT NBR IEC 60601-1 (Equipamento eletromédico - Parte 1: Prescrições gerais para segurança), suas Normas Particulares e Normas Colaterais, incluindo, quando existentes, todas as suas emendas, sendo compulsórias a todos os equipamentos sob regime de Vigilância Sanitária que estejam dentro do seu campo de aplicação;

10.1.43 Responsabilizar-se pela aquisição de peças, acessórios, componentes e quaisquer outros que se fizerem necessárias para a realização das manutenções corretivas e preventivas, sem gerar ônus para a Contratante;

10.1.44 Responsabilizar-se pela realização da instalação, manutenções preventivas e corretivas e demais serviços que se fizerem necessários do equipamento fornecido em regime de locação, através de profissional(is) com qualificação técnica comprovada, de nível superior ou outro(s), reconhecido(s) pelo CREA, conforme o caso, detentor(es) de CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO que comprove a execução de serviços de manutenção em equipamentos médico-hospitalares e/ou execução de serviços de características técnicas similares;

10.1.44.1 Quando a CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO emitida pelo CREA, conforme o caso, não explicitar com clareza os serviços objeto do acervo técnico, esta deverá vir acompanhada do seu respectivo atestado, devidamente registrado e reconhecido pelo Conselho;

10.1.45 Disponibilizar contato para abertura de chamados técnicos para as manutenções corretivas, que deverá ser realizada através da Gerência Administrativa ou setor responsável da Unidade;

10.1.46 Garantir que o tempo máximo de paralisação do equipamento deverá ser de no máximo 24 (vinte e quatro) horas a partir do início do chamado técnico;

10.1.47 Substituir o(s) equipamento(s) fornecidos em regime de locação no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, quando os mesmos vierem a ser recusados por sua qualidade, e, ainda, se estiver fora dos parâmetros exigidos no edital;

10.1.48 Quando da necessidade de locomoção do(s) equipamento(s), peça(s) e acessório(s) para conserto, fora do ambiente da Contratante, caberá a Contratada providenciar a retirada e a devolução do(s) mesmo(s), assumindo todos os ônus desses procedimentos, caso em que, só deverá acontecer, com autorização prévia e formal da Gerência Administrativa/ Engenharia Clínica da Unidade;

10.1.49 Toda e qualquer intervenção no(s) equipamento(s) deverá ser registrada em ordem de serviço, devidamente assinada pelo(s) responsável(is) do setor onde o(s) equipamento(s) está(ão) instalado(s), devendo ser entregue 01 (uma) via para o setor responsável;





CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA SAÚDE

Base do Samu 192 Ceará
Rua da Paz, 30, Centro
CEP: 61760-000 | Eusébio/Ce

10.1.50 Disponibilizar assistência técnica e operacional local, em Fortaleza – CE e/ou Região Metropolitana dos equipamentos locados ou representante local credenciado pelo fabricante, sem ônus para a Contratante.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

23288 - 24200784.10.302.171.20564.03.339039.02.6009200000.1

12. FISCALIZAÇÃO

12.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pelo Luciano Barreto Quental, inscrito(a) na matrícula nº 30009452 e CPF nº 035.024.083-35, de acordo com o estabelecido no art. 43, do Decreto nº 35.322 de 24 de fevereiro de 2023.

